

## MST - CEARÁ, 20 ANOS DE MARCHAS

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar  
 Programa de Pós-graduação em Geografia UFC  
 Campus do Pici, Bloco 911, CEP 60.445-760 - Fortaleza (CE) - Brasil  
 Tel./Fax: (+ 55 85) 3366 9855 e 3366 9864 - famaro@ufc.br

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aldiva Sales Diniz  
 aldivadiniz@yahoo.com.br

### RESUMO

Este trabalho pretende fazer um resgate geográfico e histórico dos vinte anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Ceará (MST- CE), 1989 a 2009. Durante esses anos, várias foram as formas de lutas para que a espacialização e a territorialização do MST acontecesse no Ceará. Algumas dessas formas de lutas foram: os conflitos; as ocupações de terras, dos prédios públicos e das avenidas; as marchas, a presença dos militantes nos assentamentos federal e estadual dos vários programas de reforma agrária. Para abordar essas marchas do MST-Ceará, esse texto está estruturado em 4 partes. A primeira a, “Introdução”, construímos uma pequena linha do tempo das lutas agrária desde as indígenas até a primeira ocupação de terra realizada pelo Movimento. A segunda, “As ações do MST-Ceará”, descrevemos as suas principais atividades tais como: caminhadas, marchas, ocupações de imóveis e prédios públicos no Estado. A terceira, “Territorialização do MST no Ceará”, analisamos os caminhos para torna-se presente, reconhecido e respeitado no Ceará.

**Palavras-chave:** Movimento dos Sem Terra, ocupação de terra, marcha.

### ABSTRACT

This work wants to do a geographic and historic rescue of the twenty years of the Movement of the Landless Rural Workers in Ceará (MST-CE), from 1989 to 2009. During this years, there were several forms of fight for the spacialization and the territorialization of MST have been done in Ceara those years, through: the conflicts, the occupation of the lands, the public buildings and the avenues; the marches, the presence of militants in the federal and state settlements of several programs of agrarian reform. This text is structured in four parts. The first, Introduction, we build a little line of the time of the agrarian fights from the indians to the first occupation of the land realized by the Movement. The second, The actions of MST-Ceará, we describe their principal activities: hiking, marches, occupation of farms and public buildings in the state. The third, Territorialization of MST in Ceará, we analyze the ways for become present, recognized and respect in Ceará. And for last, The final considerations.

**Key words:** Moviment of the Landless, occupation of the land, marches.

### RESUMEN

Este trabajo pretende hacer un rescate geográfico e histórico de los veinte años del “Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra” en Ceará (MST- CE), 1989 a 2009. Durante esos años, varias fueron las formas de luchas para que la espacialización y la territorialización del MST que sucedieron en Ceará. Algunas de esas formas de luchas fueron: los conflictos; las ocupaciones de tierras, de los edificios públicos y de las avenidas; las marchas, la presencia de los militantes, en los asentamientos federal y estatales, de los varios programas de reforma agraria. Para abordar esas marchas del MST-Ceará, este texto está estructurado en 4 partes. En la primera, la “Introducción”, construimos una pequeña línea del tiempo de las luchas agrarias desde las indígenas hasta la primera ocupación de tierras realizada por el Movimiento. En la segunda, “Las acciones del MST-Ceará”, describimos sus principales actividades tales como: caminadas, marchas, ocupaciones de inmuebles y edificios públicos en el Estado. En la tercera, “Territorialización del MST en Ceará”, analizamos los caminos para tornarse presente, reconocido y respetado en Ceará.

**Palabras-claves:** Movimiento de los Sin Tierra, ocupación de tierra, marcha.

---

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a história dos vinte anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Ceará (MST- CE), de 1989 a 2009. Fazer um estudo sobre a construção desse Movimento requer uma compreensão dos processos das lutas pela terra no Estado. Nesse período, várias foram as formas de lutas para que a espacialização e a territorialização do MST acontecesse no Ceará, através de ações como: das ocupações de terras, dos prédios públicos e das

avenidas; das marchas em direção às cidades e, da presença dos militantes nos assentamentos federal e estadual dos vários programas de reforma agrária.

A diversidade das lutas pela terra são ampliadas e fortalecidas com a chegada do MST no Ceará em 1989, principalmente, pela incorporação de lutas como a ocupação dos latifúndios. Essas ações fazem parte do processo histórico de resistências, de confrontos dos povos do campo e do mar no Ceará. Afirmamos que os conflitos agrários no Ceará sempre existiram, na história da formação social do campesinato cearense.

Os conflitos agrário no território do Ceará iniciam com os índios Paioku, Íkos, Jandauí e Karatiu, que foram os primeiros a enfrentar a implantação das fazendas nos sertões do Ceará, no século XVII. As batalhas da Confederação dos Kariris, que tinha como objetivo a reterritorialização das terras indígenas, ocorreu no período de 1683 a 1713, envolveram os índios dos Estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, que se organizaram e enfrentaram o conquistador português.

Nas questões dos posseiros da Serra da Ibiapaba, a partir de 1940; de Capivara, de 1979 a 1981, Município de Aracoiaba, estes posseiros lutavam porque a terra era devoluta e pagavam a renda 10 por um, ou seja, tudo que produziam 10% era do latifundiário que dizia ser o proprietário das terras. Além dessas e tantas outras, umas das histórias mais conhecidas é a do Caldeirão da Santa Cruz do Desterro, que ocorreu na década de 1930, no Município de Crato.

Os conflitos surgiam em virtude do pagamento da renda da terra aos proprietários rurais que cobravam dos moradores a metade do que produziam e ainda exigiam a obrigação de trabalhar três dias para o patrão. Conforme José Leandro (1982) e Barreira (1992), este tipo de cobrança de renda nos anos 1960 a 1970 foram os responsáveis pelo maior número de embates por terra no Estado. Nessas duas décadas ocorreram alguns conflitos que assinalaram profundas mudanças na dominação tradicional do sertão. Segundo Barreira (1992), as desavenças desenrolaram-se de forma isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos, no interior de cada fazenda e tinham como característica comum, o confronto direto entre os moradores de condição e o proprietário das fazendas.

Essas lutas nasciam a partir do momento em que os moradores, munidos do Estatuto da Terra começavam a buscar seus direitos - entre eles a diminuição do pagamento da renda da terra - e o pagamento deveria ser conforme o previsto no Estatuto que era de 10% para o proprietário, quando concorria somente com a terra nua, e não de 50% como historicamente era cobrado pelos coronéis-latifundiários. Assim começou um período de intensas lutas que não só combateu a “renda da meia”, ou “renda justa”, mas que também trouxe modificações no regime de posse e uso da terra.

É nesse contexto que emergem os conflitos e as resistências às expulsões ou aos despejos. Um dos conflitos de grande repercussão ocorreu na Fazenda Japuaara, Município de Canindé, de 1968 a 1971. Esse conflito terminou com a desapropriação da fazenda, embora assentada em um processo controlado pelas classes dominantes, como forma de frear os conflitos de classes existentes. Porém, ocorreu um ganho social e, principalmente, político, que se materializou, no início da territorialização da reforma agrária, no início da década de 1970. Com isso, incentivou outros moradores a lutar pela “renda justa” e, conseqüentemente, contra o processo de expulsão. Conforme nos lembra Martins (1990), o exemplo dessas vitórias influenciou outros camponeses a se organizarem na conquista dos seus direitos.

Concomitante as lutas descritas aconteceram os trabalhos de alguns integrantes da Igreja católica, através das Comunidades Eclesiástica de Base (Cebes), no final dos anos de 1960, que desenvolveram as bases da luta pela aplicação do Estatuto da Terra, no que dizia respeito às relações de parceria. Assim, começaram as primeiras experiências de questionamento da renda, denominados pelos camponeses como o pagamento da “renda justa”. Com a falta do diálogo e a imposição dos proprietários que não aceitaram as reivindicações, os conflitos se intensificaram, exigindo maior organização e mobilização dos moradores. Nesse contexto, foi a luta ocorrida na Fazenda Monte Castelo, Município de Quixadá na época e a partir 1992 quando passou a pertencer ao Município de Choro.

A vitória dos moradores de Monte Castelo incentivou os moradores de outras fazendas a lutarem também pelo cumprimento do Estatuto da Terra. A partir de então, os proprietários começaram a ter dificuldade para manter a cobrança dos 50% de toda produção, como forma de pagamento da renda. Foi o caso das fazendas: Jardim, Município de Aratuba; Califórnia, Guia, Conceição, Guanabara, Cacimba Velha, Alto Alegre, Feijão e São João da Conquista, no município de Quixadá; Maceió, no município de Itapipoca, e Lagoa do Mineiro, no município de Itarema, entre outras. Sobre esse fato, o jornal *O Povo* noticiou o seguinte:

Entre os inúmeros conflitos de terras no Ceará o INCRA identifica 15 como graves. Geralmente eles se originam com a recusa dos proprietários em aceitar o pagamento da renda de 10 por cento, previsto no estatuto da Terra, pelos parceiros, chegando a exigir que esses lhe paguem 20, 30 e até 50 por cento – meia do que produzem. (*O POVO*, 30/05/1985).

Conforme Diniz (2009), Barreira (1992) e Zé Leandro (1982) a maioria dos conflitos de resistência existentes nesta época foi iniciada em torno do pagamento da renda. Os moradores que entraram nos embates tinham duas opções: ir embora ou ficar, na terra, lutando, conforme mostra o depoimento:

[...] a gente decidiu que ninguém ia tirar nos daqui [...] Ia morrer todo mundo de fome. Aí, a gente disse que não tinha como sair. Nós nunca tinha feito reunião; aí, nos se juntemo, os morador, para não sair da terra e vamos todo mundo lutar por ela [...] Era vida ou morte. Porque a gente não tava capaz de morrer mesmo? Se nós fosse s'imbora para Fortaleza, sem ter onde morar ou morar debaixo dos viadutos, nós não ia morrer? Então, a gente obrigava a morrer por aqui mesmo, lutando. Lutar, era o que decidiram, lutar [...] E, graças a Deus, hoje, a gente tá aqui, né? (*CHICA LOUVADO*, Assentamento Lagoa do Mineiro, Itareama, Ceará, 2008).

Nesses conflitos, a violência esteve sempre presente: destruição das plantações, proibição de plantar na propriedade, de usar a água dos açudes e poços, destruição das cercas, invasão ou derrubada das casas, como também quebra dos objetos dos moradores, agressões físicas e verbais, prisões ilegais, uso de torturas e assassinatos de várias formas. Enfim, vários registros demonstram situações de extrema violência, às quais os moradores em luta foram submetidos. Essas violências e arbitrariedades tinham o objetivo de intimidar os camponeses que começavam a se organizar.

Grande parte da violência foi realizada com a ajuda dos policiais que, em determinados casos, não respeitavam nem as crianças, como ocorreu no conflito da Fazenda Telha, no Município de Santana do Acaraú. O proprietário derrubou as casas de três famílias com a ajuda de policiais armados que apontavam rifles para as crianças, para que elas não gritassem ou chorassem.

Todos esses exemplos talvez não sejam suficientes para compreendermos a abrangência do que significou a categoria dos latifundiários para os camponeses engajados na luta. Conforme ressaltou Novaes (1987, p.98).

O latifúndio a que se opõem não é uma propriedade, com tais ou quais características; é, antes de tudo, um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados nas instâncias de poder local.

Na década de 1980, em virtude de um conjunto de fatores como as transformações do campo, a redemocratização do País, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), 1985 – 1989, e o I Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará (I PRRA-CE), trazem consigo a revitalização dos movimentos sindical e sociais do campo. Aqui no Ceará ocorrem algumas manifestações da qual citaremos duas.

A primeira, ocorreu nos sertões do Ceará, na cidade de Quixeremobim, 1984, organizada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) de Quixeremobim, Quixadá e Canindé com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza, tendo à frente o Arcebispo de Fortaleza, D. Aloisio Lorscheider. Essa mobilização teve como objetivo explícito comemorar os quinze anos do Estatuto da Terra, porém o principal objetivo, estava oculto: lutar por reforma agrária. Desse ato participaram aproximadamente dez mil pessoas.

A segunda manifestação foi a caminhada pela reforma agrária, 1985, que saiu da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Ceará (Fetraece), percorrendo as ruas de Fortaleza até a Praça José de Alencar. Segundo Alencar (1998, p. 15),

A Campanha Nacional pela reforma agrária, no Ceará, realizou uma caminhada percorrendo o centro de Fortaleza. Foi uma das maiores mobilizações já ocorridas no Ceará. Contou com a participação da ABRA, FETRAECE, CPT, CNBB, dentre outras entidades.

Essas duas manifestações reuniram milhares de camponeses, intelectuais, dirigentes sindicais, religiosos, militantes políticos, técnicos de instituições públicas e ONGs. Todos com um único objetivo: lutar por reforma agrária.

Dessas várias experiências de enfrentamento com os donos de terra, surgiu a necessidade de construir uma forma de organização social que pudesse articular os camponeses envolvidos com questões de terra. Por isso, a CPT da Diocese de Quixeramobim (irmã Teresa), Departamento Rural da CUT e um grupo de camponeses, ligado aos STR's de Quixeramobim, Quixadá e Canindé, composto de pessoas que já traziam consigo histórias de enfrentamento com o patrão, decidiram que não queriam lutar para diminuir o pagamento da renda, mas queriam outro tipo de luta, uma luta que pudessem mobilizar, organizar e conscientizar um maior número de pessoas, em todo o estado. Assim, decidiram articular o MST, buscando apoio no plano nacional.

Com isso as lutas pela terra no Ceará ganharam “nova dimensão ou nova forma”, desta feita mediante a ocupação de terras, forma de luta que a classe camponesa encontrou para não se proletarizar e, ao mesmo tempo, buscar a recriação e reprodução de um modo de vida camponês. A ocupação é uma ação planejada, organizada por grupos de camponeses, com a finalidade de entrarem num imóvel que não cumpre a função social, conforme a Constituição Federal Art. 184 e 186, de forma a fazer com a que a terra tenha uma função social.

Por meio desse contato com os sindicalistas, em setembro de 1988, um militante da Direção Nacional do MST vem ao Ceará, para discutir a organização do Movimento no Estado; em seguida, vêm outros militante. Com o apoio dos STRs de Quixeramobim, Quixadá e de Canindé ocorreram as primeiras reuniões nesses municípios. Numa dessas reuniões, membros do MST Nacional e os três STR's decidiram fazer a primeira ocupação de um latifúndio. Esta ação político-histórica ocorreu no dia 25 de maio de 1989, caracterizando a primeira ocupação organizada pelo MST-CE, de um imóvel nos Municípios de Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem das fazendas reunidas São Joaquim. Com essa ação o Movimento começa a construir uma história que já dura vinte anos.

## AS AÇÕES DO MST-CEARÁ

O I Encontro Nacional do MST, ocorreu no período de 24 a 27 de janeiro de 1984, Município de Cascavel, Paraná. Para esse encontro do Ceará foi um ônibus organizado pela CPT-CE, que conduziu entre outros as irmãs Teresa e Cleide, as camponesas D. Maria Lima e Elisabeth Teixeira. Embora os camponeses e religiosos do Ceará participaram desde o primeiro momento da criação do MST, nesse Estado para começar suas atividades demoram cinco anos. Apesar das atividades do MST nos estados do Piauí e Alagoas datam do ano de 1986, esse hiato político decorreu de um conjunto de fatores tais como: as lideranças camponesas, sindicalistas e religiosas resistiram a sair das suas organizações; somente a partir de 1989 a direção nacional do MST definiu a Região Nordeste como área estratégica para o processo de territorialização nacional do Movimento.

Em cada estado que o MST inicia sua atuação, a ocupação é um dos marcos da luta. No Ceará, não foi diferente, pois a marca do seu surgimento no dia 25 de maio de 1989, ocorreu com a primeira ocupação no Estado. A partir desse marco, o MST no Ceará foi realizando ocupações e à proporção que as executa, aumenta o seu poder político e expande-se. Com o passar do tempo e de suas caminhadas para a territorialização, adquire sabedoria oriunda de uma prática transformadora.

A primeira ocupação ocorreu com 450 famílias, na propriedade chamada de Fazenda Reunidas São Joaquim S/A – Agricultura e Comércio, abrangendo uma área de 22.992 ha., distribuída por

três municípios: Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. Esse imóvel era de propriedade do Sr. Wicar Parente de Paula Pessoa, conhecido como General Wica, e da esposa Sra. Zilda de Castro Parente Pessoa. Conforme relatos, o tamanho do imóvel foi uma consequência do processo de invasão e tomada de terras dos vizinhos. Com o falecimento do proprietário em 1986, em 1989, ainda, encontrava-se em fase de inventário. Nas fazendas reunidas S. Joaquim em 1989, data da ocupação, residiam cem famílias na condição de moradores de sujeição, e a propriedade foi caracterizada improdutiva.

A ocupação ocorreu na mata fechada, onde homens, mulheres e crianças chegaram de madrugada. Em sua maioria os homens eram adultos e casados; em alguns casos, as famílias foram completas e, em outros só o homem com um filho ou só a mulher, deixando marido e filhos com parentes, pois o restante da família ficava para garantir o próprio sustento.

As famílias acampadas foram tomadas por sentimentos contraditórios. Em alguns momentos, eram tomadas pelo medo do dono da terra, da polícia e do novo. Em outros momentos, os acampados eram invadidos de felicidade, alegria, esperança por lutarem pela melhoria de vida, deixarem os trabalhos de superexploração e humilhações para serem libertos. O sonho de ter a terra na qual poderiam plantar e construir a casa, sem precisar dividir a produção com o patrão, alimentava o sonho da liberdade. Nas falas dos assentados do 25 de Maio, os relatos de sofrimento e sonho estão muito presentes, quando discorrem sobre a história da ocupação.

Segundo Feliciano (2006), a decisão de participar de uma ocupação está ligada ao sentimento de medo - “o medo de ficar e/ou de ir. O medo de não dar certo, de ser estigmatizado, de ocorrerem atos de violência, de não estar preparado, e o medo de ficar nas condições em que se encontra” (FELICIANO, 2006 p).

A vida no acampamento tem outro significado, há uma experiência muito forte de cooperação, um momento em que todos se percebem iguais, dividindo momentos de euforia, medo, afeto e solidariedade. Também, é um espaço em que se trabalha a formação política do grupo. Conforme lembrou Fernandes (1996), os códigos e os símbolos da cultura dominante são analisados e revertidos em representações com base no nível de informações e de conhecimentos passados e adquiridos. Também, são apresentados os símbolos do Movimento, como a bandeira, o hino, o boné e as palavras de ordem.

O acampamento é um espaço de luta e de resistência. Por isso, a luta começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar da negociação. Nesse processo, os acampados desenvolvem várias formas de luta para expor a situação do acampamento na cidade. Entre elas, a caminhada, a ocupação de prédios, de instituições governamentais, de avenidas, bem como o fechamento de rodovias. Essas lutas, segundo lembrou Stédile (1999), tem o objetivo de levar adiante a luta iniciada com a ocupação, no sentido de exigir agilidade nas negociações.

Por isso, para pressionar a desapropriação das fazendas reunidas São Joaquim, um grupo de cem pessoas ocupou o INCRA-CE, em Fortaleza, dando visibilidade à ocupação; com esse ato político no dia 9 de junho de 1989, foi assinada a emissão de posse da terra, começando assim a instalação de uma nova fase a implementação do Assentamento.

Ainda em setembro de 1989, 800 famílias se organizaram para ocupar a Fazenda Tiracanga em Canindé, mas na hora da ocupação os camponeses foram impedidos de realizá-la, pois a União Democrática Ruralista (UDR) bloqueou a passagem de aproximadamente 200 famílias, as outras 600 conseguiram desviar o bloqueio e ocuparam a Fazenda Touro, no Município de Itapiuna. Logo depois do bloqueio da UDR as famílias ocuparam a fazenda Tiracanga. Essa ação que deveria constituir a ocupação de um imóvel resultou em duas ocupações no mesmo período. Essas famílias foram despejadas e transferidas para uma fazenda experimental em Santa Quitéria. Em ambos os casos, apesar dos despejos, as famílias conseguiram ser assentadas. Essas vitórias foram fundamentais na construção dos alicerces de constituição e consolidação do MST no Ceará.

O ano de 1990 foi de intensas mobilizações e grandes conquistas, quando ocorreram cinco ocupações, tendo sido a primeira na Fazenda Ameixas no município de Santana do Acaraú, que contou com 400 famílias. A área fazia parte de um processo de desapropriação envolvendo outras fazendas vizinhas, somando 15.000 ha. As outras conquistas ocorreram nos Municípios de Massapé, Canindé, Madalena e Mombaça, que resultou nos assentamentos de Morgado, Jacurutu, Vaca Serrada e Salão respectivamente.

Outras ações ocorreram nos anos seguintes. Entre 1991 e 1995 ocorreram doze ocupações de terra nos municípios de Crato, Monsenhor Tabosa, Itapipoca, Quixadá, Itaitinga, Itatira, Ocara, Tauá, Tamboril, Paracuru e Quixeramobim.

Nesse período, aconteceram três marchas que demarcaram a importância da mobilização do Movimento nos sertões do Ceará. A primeira em 1991 que saiu da cidade de Madalena para Fortaleza e ocuparam o INCRA, e tinha como principal objetivo reivindicar a extinção do parcelamento dos assentamentos, bem como a posse e uso da terra coletiva.

Cabe destacar que no Ceará, os assentamentos rurais têm uma especificidade: a gestão, a posse e uso do imóvel articula unidade familiar com a unidade coletiva. Com a implementação do “Programa da Terra”, do presidente Collor de Melo (1991 – 1992), um dos objetivos era a consolidação e emancipação dos assentamentos. A superintendência do Incra-Ceará, compreendia que para alcançar esse objetivo os assentamentos deviam ser parcelados. Mas a luta dos camponeses impediu a política de parcelamento dos assentamentos no Ceará.

A segunda marcha ocorreu em 1992, partindo de Canindé para Fortaleza e resultou na ocupação do INCRA. Os objetivos principais eram uma política de reforma agrária e combater a política de parcelamento do Governo do Presidente Collor de Melo; resultou na destituição do Superintendente do INCRA-CE – Dr. Airton Bezerra de Menezes, tendo sido nomeado simbolicamente, um dirigente da Coordenação do MST Ceará- Sr. Sérgio Pinto, para ocupar o cargo. Após este ato político ocorreu uma articulação envolvendo o MST, a Fetraece e o Governo do Ceará, que resultou na nomeação do Dr. Antônio Pompeu Rubens Braga para ocupar essa Superintendência.

Sobre o período de 1990 a 1992, conforme Alencar (2005, p.204),

... no Ceará as desapropriações realizadas aconteceram somente no ano de 1990, abrangeram 952 ha, e assentaram 38 famílias distribuídas por dois imóveis. (...). Cabe ressaltar que do Programa da Terra em termos de intervenção fundiária nada foi executado no Ceará.

A terceira marcha ocorreu em 1994. Saiu de Madalena para Fortaleza resultando na ocupação do INCRA. Em 1995 foi realizada em Fortaleza a primeira Assembleia Estadual dos Sem Terra, com a participação de 800 Sem-Terra. Os objetivos eram cadastrá-los e aprovar uma carta aberta com propostas de reforma agrária.

De 1996 a 2000 foram feitas dezoito ocupações nos municípios de Chorozinho, Caucaia, Santa Quitéria, Russas, Madalena, Tamboril, Acarape, Caririaçu, Icó, Quixeramobim, Morrinhos, Chorozinho, Ocara, Senador Pompeu e Antonina do Norte.

No período de 23 de novembro a 12 de dezembro de 1997 ocorreu uma grande ocupação na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) na avenida Bezerra de Menezes com cerca de 2 mil pessoas. As principais reivindicações previam a alfabetização de 5.722 jovens e adultos, a liberação dos recursos financeiros dos projetos de convivência com a seca, o acompanhamento técnico das áreas de assentamentos.

Nessa manifestação várias viaturas policiais, cavalaria, polícia de choque, rabeções e ambulância foram deslocadas para a Avenida Bezerra de Menezes. O aparato policial proibiu a entrada e a saída de pessoas, inclusive, de água e alimentos para os acampados e na tentativa de furar o bloqueio, vários acampados ficaram feridos em confronto com a Polícia. O cerco foi uma estratégia do governador do Ceará, Sr. Tasso Jereissati, para tentar desmobilizar os manifestantes. Entidades e parlamentares ligados à luta em defesa dos direitos humanos denunciaram que o cerco foi um dos casos emblemáticos de violação de direitos humanos e da ação violenta por parte da polícia.

Como forma de aumentar a pressão e para acompanhar uma audiência que teve nove representantes do MST, os demais acampados/integrantes do Movimento foram em caminhada até o Centro Administrativo do Governo Estadual, Cambé, onde foram impedidos de prosseguir por homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar, que usaram de cavaletes, viaturas e caminhão da PM como barreira fechando a BR 116 no quilômetro zero inviabilizando a caminhada dos Sem Terra. A caminhada dirigiu-se para a Assembléia Legislativa do Ceará. Foram novamente impedidos pelo Batalhão de choque, porém desta vez utilizaram bomba de gás lacrimogêneo, tiros para o alto e cassetetes. O resultado foi quatro militantes levados para o hospital.

Em agosto de 1999 cerca de 300 trabalhadores ocupam o prédio do Banco do Brasil, na cidade de Canindé, para pressionar a liberação de frentes de trabalho. Foram expulsos e em seguida ocuparam a prefeitura. Nesse mesmo ano foi realizado o 2º. Encontro dos Sem Terrinhas do Estado; as crianças fizeram uma passeata no centro de Fortaleza em direção ao palácio do Governo do Ceará, para entregar reivindicações ao Secretário de Educação, mas, nem as crianças foram poupadas, pois um grande aparato policial foi mobilizado para deslocar a direção da passeata e impedir que as crianças chegassem até a sede do Governo. Nesse mesmo ano foram feitas três ocupações de terra todas no Município de Ocara.

Ainda em 1999 ocorreu uma marcha formada por três colunas. Uma saiu de Crateús, outra de Quixeramobim e a terceira de Santana do Acaraú com destino a Fortaleza. Participaram desta marcha cerca de 1.000 famílias, que ao chegarem em Fortaleza acamparam no INCRA e Secretaria de Agricultura. A marcha tinha como objetivo discutir sobre o Novo Projeto Popular para o Brasil.

Em 2000 o Ceará participa do 4º. Congresso Nacional do MST, em Brasília, com cerca de 500 pessoas de todo o estado, além de realizar grandes mobilizações cobrando a reforma agrária, essas ações ocorreram em Fortaleza com 280 pessoas e uma ocupação nas agências do Banco do Brasil de Crateús e Independência. Um Sem Terra foi assassinado no dia 25 de julho de 2000, Aldenir de Mesquita, conhecido como Denir, na Fazenda Lagoa do Serrote, município de Ocara. O MST organiza, então, um grande protesto no Ceará.

De 2001 a 2005 ocorreram 19 ocupações de terra, nos municípios de Santa Quitéria, Acaraú, Caucaia, Monsenhor Tabosa Itapipoca, Quixeramobim, Aracati, Aracoiaba, Canindé, Itapipoca, Itaiçaba, Antonina do Norte, Aracati Ipaumirim, Russas, Morada Nova, Itapiúna e Mombaça.

A partir de 2001, o MST-CE começa a ter como uma das principais preocupações a gestão/organização interna, em decorrência do acompanhamento do elevado número de assentamentos e dos acampamentos no Estado. Nesse mesmo ano, o Movimento comemora o dia do Trabalhador Rural com missa e protesto. Em Ocara foi celebrada uma missa, próximo ao local onde foi assassinado o Sem Terra Denir. Participaram do ato assentados do município e localidades vizinhas que recordaram, o cerco aos que estavam acampados, há um ano, nas proximidades da Fazenda Lagoa do Serrote, do qual resultou uma morte e nove feridos.

Além da celebração no Município de Ocara, agricultores de outros municípios fizeram manifestações em protesto pela burocracia e pelas dificuldades em relação às medidas governamentais de atendimento às famílias atingidas pela seca. Participaram dos manifestos camponeses dos Municípios de Madalena, Itatira, Pentecostes e Quixadá.

Em 2004 ocorreram cinco ocupações de prédios públicos, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), o INCRA e o DNOCS - tinha como objetivos Reforma Agrária e contra a privatização da água. Ocorreu também uma ocupação de terra, desta feita no Município de Tabuleiro de Russas, área destinada ao agrohidronegócio. A ocupação denunciava, por um lado que os camponeses eram assentados em terras pouco produtivas, com escassez de água, sem condições de produção, por outro lado, as melhores terras com melhor infraestrutura estavam sendo destinadas às grandes empresas como a Delmonte e a Frutacor, entre outras.

Em 2005 cerca de 800 Sem Serra ocupam a sede do INCRA, tendo como principal bandeira da luta a liberação das terras para os 33 acampamentos existentes no Estado. Também estava na pauta de reivindicação o perdão da dívida dos camponeses assentados, a libertação de três membros do

MST presos no município de Itarema, e a liberação dos recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).. Dê a sua contribuição acampando, doando alimentos e roupas ou, simplesmente, abrindo a sua mente.

Ainda em 2005 aconteceu a grande marcha nacional pela reforma agrária. Os Sem Terras saíram de Goiânia e foram para Brasília com 15 mil militantes de todo Brasil; o Ceará participou com uma delegação de 190 pessoas.

De 2006 a 2009 ocorreram 23 ocupações de terra nos municípios de Canindé, Quixadá, Antonina do Norte, Paracuru, Cascavel, Chorozinho, Pacatuba, Quixeramobim, São Luiz do Curu, Boa Viagem, Crateús, Ocara, Itapiúna, Irauçuba, Aurora, Caucaia, Russas, Palhano, Uruburetama, Senador Pompeu, Itapipoca e Aurora.

Em julho de 2006 Cerca de 250 militantes do MST ocuparam a Reitoria da Universidade Estadual do Ceará (UECE), localizada no Campus do Itaperi, em Fortaleza. Os Sem Terra cobravam a liberação de R\$ 1,2 milhão para dois projetos de educação que estavam sendo desenvolvidos nos assentamentos em parceria firmada entre o Movimento, a UECE e o INCRA. Entre os projetos que estavam sendo executados um era de formação de educadores, desenvolvido em seis municípios: Russas, Itatira, Quixeramobim, Amontada, Crateús e Canindé. O outro projeto, era voltado para a educação de jovens e adultos da 1ª à 4ª séries, e abrangia todos os municípios cearenses. O objetivo da ocupação era fazer com que UECE liberasse os salários dos professores e bolsistas dos programas que estavam atrasados nove meses. Ainda em 2006 ocorreram duas ocupações no INCRA uma com 900 pessoas e outra com 300 cujas reivindicações eram por reforma agrária e crédito agrícola.

Em 2007 cerca de 150 famílias ocupam a Fazenda Qualibrás de criação de camarões em cativo, Município de Itapipoca. O objetivo da ocupação foi protestar contra a lentidão do processo de reforma agrária no estado e denunciar a destruição ambiental de mangues na região - provocada pela carcinocultura -, o avanço de empresas do hidronegócio nos manguezais e a demarcação das terras indígenas no Ceará.

Também em 2007, o MST realizou protesto em várias regiões do estado. Em Madalena, cerca de 250 trabalhadores bloquearam a rodovia CE 020 que liga Fortaleza a Tauá, sendo a rodovia somente liberada por volta do meio dia. Em Fortaleza, participaram de um ato em frente ao INCRA 250 trabalhadores militantes do MST, além de servidores da Associação dos Servidores do INCRA (Assinra). Após este ato os camponeses se dirigiram para outro ato que estava acontecendo na Reitoria da UFC, que contou com a participação de 450 pessoas de vários movimentos e segmentos da sociedade civil e de religiosos. Ainda nesse ano no dia 8 de março, a união das mulheres do MST com apoio de outros movimentos sociais bloquearam a estrada na Chapada do Apodi que permitia o acesso dos trabalhadores as empresas do agronegócio. Essa ação impediu que mil operários cheguem ao local de trabalho. Essa ação foi um marco na luta contra o agronegócio na região.

Em 2008 o MST bloqueou a BR 116, a 160 km de Fortaleza, com 400 pessoas e a BR 020, no município de Boa Viagem com 500 pessoas. Em Canindé, realizou uma marcha com 700 pessoas em direção à Praça Tomás Barbosa no centro da cidade, o ato culminou em uma audiência pública com o superintendente do INCRA. As ações fizeram parte da jornada de lutas da Via Campesina e tiveram como objetivos protestar contra a impunidade, denunciar a lentidão da Reforma Agrária no governo Lula, o avanço do agronegócio transnacional, a liberação do milho transgênico pelo governo e ainda cobrar o assentamento imediato das 1.100 famílias acampadas, recursos para assistência técnica, infraestrutura social, hídrica e para a educação do campo.

Ainda em 2008, os militantes do MST realizaram uma marcha para o Ministério Público Estadual, em Fortaleza, saindo duas colunas: uma do INCRA, com cerca de mil pessoas e outra saindo da UFC, com cerca de 300 jovens. O ato contou com a participação de diversos movimentos sociais, que demonstram solidariedade ao Movimento diante da criminalização que vem sofrendo pela meios de comunicação e pelo Poder Judiciário. Nesse mesmo ano, o MST em conjunto com os operários grevistas da empresa Delmont fechou uma estrada no Ceará e impede a exportação de uma das maiores produtoras e exportadoras de frutas do mundo a multinacional Delmont, que tem

atividades no Município de Limoeiro do Norte. Os trabalhadores afirmaram que essa empresa não cumpre a legislação trabalhista brasileira, e depois de frustradas todas as tentativas de entendimento, decidiram por fechar a “estrada do melão”, impedindo a exportação das frutas.

Em 2009 cerca de 400 militantes do MST e da Fetraece ocuparam o INCRA. A ação fazia parte da jornada nacional em defesa da educação e do Programa Nacional de Educação, contra o corte de 62% no orçamento do Pronex. Além disso, havia a reivindicação de seis novos cursos no Ceará, sendo cinco de nível superior (Comunicação Social, Pedagogia, Serviço Social, História e Direito) e um curso Técnico de Agroecologia.

Nesse mesmo ano, cerca de 1.500 Sem Terra se mobilizam em todo o Ceará. Em Fortaleza, ocuparam o INCRA, no interior do Estado foram as agências do Banco do Nordeste, em Russas, Quixeramobim e Crateús, além da Prefeitura Municipal de Jati, e uma fazenda em Caucaia. O Movimento reivindicava o assentamento das 90 mil famílias que permaneciam acampadas em todo o Brasil e a desapropriação de mais áreas para a realização da Reforma Agrária. Localmente, solicitavam a renegociação das dívidas dos camponeses e mais crédito para os assentados.

Ainda em 2009, 300 integrantes do MST e da Via Campesina realizaram em Fortaleza uma grande manifestação na praça do Ferreira. O ato chamou a atenção para o Dia Internacional de Luta pela Soberania Alimentar e Reforma Agrária, celebrado no dia 16 de outubro. Durante todo o dia ocorreram várias atividades, ofereceram serviços de saúde, através dos médicos e militantes do MST, formados em Cuba, que atenderam, gratuitamente, a população que passava no local; distribuíram sementes; realizaram palestras sobre soberania alimentar e a questão agrária no Brasil. Com este ato procuravam demonstrar como a reforma agrária, pode ser uma solução para o fim da fome.

A atividade fazia parte das ações do movimento para denunciar a falta de reforma agrária, a concentração de terras pelo agronegócio e cobrar a revisão dos índices de produtividade. A manifestação durou o dia inteiro e estiveram presentes vários parlamentares, diversas organizações sociais, sindicatos e setores progressistas da Igreja que são apoiadores do MST.

Em novembro de 2009, 400 camponeses ocupam a sede do INCRA em Fortaleza. Os Sem Terra reivindicam a atualização dos índices de produtividade pelo governo federal, a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e assentados, o assentamento imediato das famílias acampadas, bem como mais infraestrutura para os assentamentos do Estado.

Analisando a figura 1, Ocupações de terra organizadas pelo MST-CE, 1989 – 2009, percebemos que há uma concentração do número de ocupações na região dos sertões de Canindé e nos sertões central do Ceará. Essa concentração está assentada sobre as áreas dos latifúndios, maior produtora de algodão, região historicamente construída com conflitos por terras e que sob a ótica ambiental ou dos recursos naturais é instável, com tendência a processos de desertificação. Outro fato, que explica a incidência das ocupações nessa área, tem como elementos preponderantes por um lado, as ações do Movimento combinada com as políticas públicas que são direcionadas para as grandes propriedades e de haver carência de políticas sólidas do Estado brasileiro de intervenção agrária. Por outro lado, o Estado brasileiro é guiado para atuar a reboque dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais do campo, ou seja, as áreas prioritárias são sinalizadas por esses sujeitos sociais.

Assim, as ações que resultaram nas ocupações, foram se concentrando nas áreas em que esses movimentos atuavam de maneira mais forte e intensa. Dessa forma, a intensificação das ocupações, “nestas regiões, tem um sentido político, ou seja, é resultado da organização política camponesa que se materializa, e que leva à sua territorialização, ou indicando assim as marcas da territorialização do MST no Ceará.” (DINIZ, 2009, p. )

Por isso, entendemos a ocupação da terra e o acampamento, como condição de espacialização da luta pela terra. Conforme Fernandes (1998) a ocupação é uma condição para a territorialização porque é, dessa forma, que os sem-terra se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, questionando o poder dos latifundiários. “Os sem-terra, ao chegarem à terra, vislumbram sempre uma nova conquista e, por essa razão, o MST é um movimento sócioterritorial. A territoria-



lização acontece por meio da ocupação da terra...” (FERNANDES, 1998, p. 33). E o assentamento rural transforma-se não em “lugar de chegada”, mas em “lugar de partida do novo”.

### TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO CEARÁ

Durante esse percurso de vinte anos (1989 a 2009) de caminhadas, marchas e ocupações o MST está organizado em 42 Municípios do Estado, e dos 415 assentamentos federal e estadual, acompanha aproximadamente cem através dos setores de educação do campo, assistência técnica, gênero, produção, jovem, comunicação. Além disso, em novembro de 2009, encontrava-se presente em aproximadamente vinte dos cinquenta acampamentos.

Quando observamos a Figura 2, Territorialização do MST-CE, 1989 a 2009, constatamos uma concentração do número de assentamentos na região central do Ceará. Esses assentamentos, na sua maioria, estão localizados em áreas dos sertões, de depressões sertaneja, ou do semiárido. Isso significa que eles estão inseridos sobre os solos, vegetações, clima e água que corresponde, em geral, aos sertões que equivale aos pedaços de terras com deficiência desses recursos naturais. Ou seja, os territórios dos assentamentos têm como assoalho os solos que apresentam limitações de uso em virtude de serem rasos, pedregosos, susceptíveis à erosão, à deficiência d'água, e ao baixo índice pluviométrico distribuído irregularmente ao longo do ano. (Alencar, 2005).

Ainda analisando a Figura 2, Territorialização do MST-CE, verificamos claramente a existência de áreas com uma presença mínima de assentamentos, como por exemplo, o centro sul, o Cariri e o norte e observamos outras áreas onde há formação de algumas concentrações deles, indicando assim, as marcas da territorialização camponesa no estado, pois foi nessas áreas onde as lutas foram mais intensas. Nesse caso podemos afirmar que a luta pela terra tem se enraizado e se territorializado em algumas áreas cearenses. Por isso resultou em um maior número de assentamentos nos sertões central. Embora em algumas áreas não tenha uma continuidade espacial os assentamentos são frações de territórios politicamente demarcados resultados de práticas sociais ou diferentes sociabilidades que os diferenciam do território capitalista.

No processo de construção dos assentamentos os assentados foram e vão definindo seus princípios de organização, bases nas quais ocorreram as formas de trabalho na terra e outras formas de reprodução familiar,

...o espaço dos assentamentos foi/estão se transformando em frações de território dos camponeses assentados. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento é outra lógica de organização do espaço geográfico, é a construção de um novo território. No latifúndio, a terra, enquanto mercadoria foi instrumento de exploração do trabalho alheio. Já com a formação do assentamento, a terra passa a ter valor de uso, é lugar de realização do trabalho da família. (DINIZ, 2009 p. 175)

Destarte esses assentamentos vêm, assim, possibilitando o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída, que se constitui como território da resistência dos camponeses ao processo de exclusão promovido pelo capitalismo, o qual insiste na sua expropriação e no seu desaparecimento. No entanto, esses camponeses têm na luta a garantia de sua resistência, existência e continuação enquanto camponês.

Portanto, a conquista desses assentamentos passou, principalmente, pela resistência e organização dos camponeses contra a sua expropriação e pela reprodução da sua existência tendo como estratégia a ocupação massiva.

A luta pela terra e sua conquista possibilitaram a (re)construção do território camponês, pois essas frações do território capitalista são apropriadas por esses camponeses, fruto da luta e do enfrentamento de classe. Por isso, Bombardi (2005) afirmou ver o movimento camponês existindo não apenas no plano organizacional, como territorializando-se, através dos assentamentos nos estados, mas, ao mesmo tempo, extrapolando o âmbito “regional” ou dos estados, ganhando um caráter nacional ou mesmo internacional.

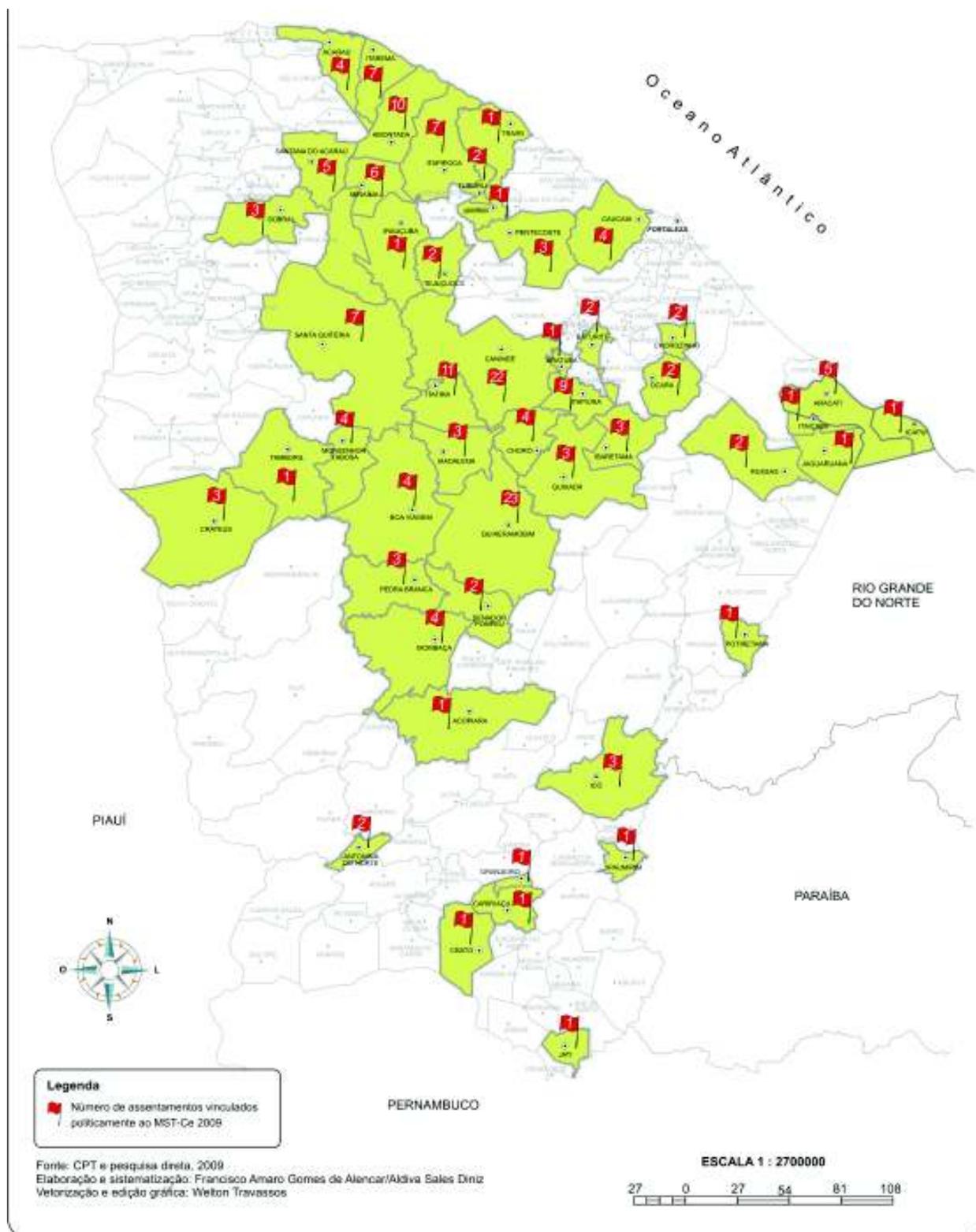


Figura 2 - Mapa do Estado do Ceará: Espacialização do MST no Ceará 1989-2009

Para Fernandes (1996), “a fração do território é conquistada na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. O território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização, na espacialização da luta pela terra”. (p. 242). Ainda para esse autor, o processo de se conquistar mais frações é denominado de territorialização da luta pela terra,

A territorialização da luta pela terra é compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e por outros movimentos sociais [...] assim, a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar. (p. 241).

Assim sendo, “a territorialização camponesa não se resume na apropriação da terra, mas no conjunto de ações desencadeadas para este fim. A territorialização camponesa se dá pela criação e recriação, de forma que possam garantir a continuidade do grupo familiar” (ALMEIDA 2006, p. 343).

O MST, em 2009, encontra-se presente e com ações em aproximadamente em um terço dos municípios cearense. O Movimento chegou a esse patamar porque não luta somente por terra, ou simplesmente por assentamentos rurais, mas porque luta por reforma agrária popular.

Uma dessas lutas é por uma educação do campo, que significa voltada para a realidade do camponês, compreendendo a escola não só como uma mera estrutura, mas também como uma instituição que trabalha a questão social, política, cultural, produtiva e prepara os educadores e educandos para a vida no campo. Desde os anos de 1990 o MST-Ce tem se preocupado com a situação da educação nos assentamentos e acampamentos, iniciou com a preocupação para superar o analfabetismo. Por outro lado, os governos brasileiro e estadual não têm dado a devida importância à política de educação que atenda os anseios dos povos do campo. Pelo contrário, sedimentou as condições precária das redes de ensino público, a falta de transporte escolar e de escolas, principalmente, nos assentamentos de Reforma Agrária.

No caso dos assentamentos rurais, um grande número ainda não tem escolas, e somente quatro assentamentos: 25 de Maio, Maceió, Lagoa do Mineiro e Santana têm escola de nível médio. Naqueles que não têm escola os jovens e as crianças precisam se deslocar de caminhões para as cidades ou distrito mais próximas, cerca de 30 a 40 km de distância. Essa questão tem sido uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo.

Daí vem a preocupação do MST em reivindicar a construção de escolas nas áreas de assentamentos, pois com isso crianças e jovens não precisam mais se preocupar com o deslocamento até as cidades. Apenas 5% dos assentamentos federais existentes no estado possuem escolas de ensino médio. Em muitas áreas, a distância entre o assentamento e a escola chega a ser de 100 km para ir e voltar. O risco de acidentes é grande, pois a longa distância está agregada ao transporte precário: em muitos lugares é o velho pau-de arara que assume o papel do transporte escolar.

A partir de 1998, quando o PRONERA foi criado, o MST vem buscando alfabetizar os jovens e adultos dos assentamentos. Segundo o Movimento já foram alfabetizados mais de 4 mil jovens e adultos das áreas de assentamentos e acampamentos. O Programa também financia cursos de graduação nas Universidades estaduais e federais. Neste Programa já se formaram mais de 500 estudantes que atuam nas escolas dos assentamentos cearenses. Foram seis turmas de Magistério da Terra, em parceria com a UECE, e duas turmas de Pedagogia de Terra, em parceria com a UFC.

Outro curso de nível superior conquistado pelo MST Ceará, foi o curso de Jornalismo da Terra, com a primeira turma iniciando em janeiro de 2010, em parceria com a UFC e o INCRA. Ingressaram no Curso 60 educandos e educandas provenientes dos assentamentos, a duração do curso será de quatro anos e as aulas serão dadas por professores do curso de Comunicação Social da Universidade.

Outra conquista do MST é a realização dos “Cursos de Formação Política para Jovens Assentados do Ceará”, que tem como o objetivo discutir, dialogar com a juventude sobre seu papel na luta pela reforma agrária, e a construção de um projeto popular para o Brasil. Em 2009 foi realizado o

VIII Curso. Esses encontros ocorreram na UFC, no Campus do Pici, Coordenados pelos Departamentos de Geografia e Economia Doméstica, e contam com a participação de professores das Universidades brasileira, técnicos de ONGs, Instituições Públicas e de Movimentos Sociais. Pela manhã, os jovens participam de estudos sobre grande temas, como exemplo conjuntura política, reforma agrária. À tarde, são ministradas oficinas sobre arte e cultura, agroecologia, agronegócio, audiovisual e rádio. À noite, são os eventos culturais que propiciam a integração dos militantes. Participam do curso em torno de 350 jovens do MST do Ceará. Esses cursos contam com o apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil, INCRA-Ce, Governo do Estado do Ceará através da Secretaria de Desenvolvimento Agrária e do Instituto Agropolos

Para um componente da Coordenação do MST-CE, esses Cursos são necessários pois,

... a gente discuta essa questão da juventude na organização política, mas não só com a juventude do meio rural, mas também com a juventude urbana. Hoje a gente tem um projeto voltado para a sociedade brasileira. A gente acredita que essa questão da formação tem que ser para as pessoas do campo, mas também para a cidade. Nós nos preocupamos com o rumo que a cidade está levando (Joice Ramos, Coordenação Estadual do Ceará do MST, 2009).

Ainda uma outra conquista do MST foi a construção de grandes escolas do campo nas áreas de assentamentos, ao todo serão construídas oito escolas. Uma delas já foi concluída, a do assentamento 25 de Maio localizado em Madalena. Outras estão sendo construídas em outros assentamentos, como a de Santana, em Monsenhor Tabosa; Lagoa do Mineiro, em Itarema; Santana da Cal, em Canindé e Maceió, em Itapipoca.

Atualmente o MST trabalha com o método de educação cubano “Sim eu posso” com mais de 130 turmas em todo estado em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), por intermédio do programa Brasil Alfabetizado.

Mas há outra peculiaridade do MST a forma de gestão para se fazer presente no dia a dia nos sertões, nas serras e nos litorais cearense. O Movimento dividiu o Ceará administrativo-político em brigadas.

Essa história começa em 1994, quando o MST-CE adotou o tradicional termo regional, dividindo o Estado em sete regiões onde tem atuação e passou a chamá-las por nomes “geográficos”, por exemplo: Sertão Central e Litoral. No ano seguinte, as regionais aumentaram para onze e receberam nomes místicos, tais como: Patativa do Assaré, Caldeirão e Zumbi do Palmares.

A inovação ocorreu quando em 2002 começam a discutir sobre uma nova forma de organicidade através das brigadas, que passou a ser adotado a partir de 2003. O termo brigada, origina-se do italiano brigata e do francês brigade, e de maneira geral nos remete para seu uso comum que é militar, significando a divisão desse em duas ou mais companhias, ou regimentos.

Como categoria de análise para aumentar a eficiência e eficácia do MST, bem como torná-lo uma presença assídua e constante no campo, esse significado usual de brigada não dá conta.

Quando o Movimento introduz essa terminologia em 2003 tem algumas explicações: em primeiro lugar, tem inspiração de transformação. Ou seja, é um critério ideológico de enxergar as coisas diferentes. Segundo, a organização para a gestão não é planejada tendo como referência região, espaço, território ou área. Mas, o número de famílias assentadas, ou seja, é o número de assentados organizados que determina o tamanho da brigada. Terceiro, a organização por brigada viabiliza uma maior aproximação entre os envolvidos, possibilita a construção mais forte dos laços de fraternidade, de solidariedade, de amizade entre os povos do campo. Isso porque, as famílias ficam mais próximas e são em menor número. Por isso, algumas brigadas são formadas por um só município, outras por dois ou três. A dinâmica da realidade, da necessidade dos assentados e assentadas e do Movimento é que define o tamanho da brigada.

Em quarto lugar, e uma forma diferente da contra-hegemonia, para o enfrentamento da luta de classe, de organização interna e ao mesmo tempo constrói e aumenta a consciência de classe,

porque as famílias vão descobrindo qual a função que desempenham e a importância que têm. Por último, foi o “modelo” que o MST ao longo das marchas, das ocupações, da presença nos assentamentos percebeu que possibilitava enfatizar as partes, porém, relacionando com o todo e o todo com as partes.

A brigada nada mais é do que o reflexo do aprendizado do MST nesses 25 anos de luta por reforma agrária, e para esse período, 2003 a 2009, é a melhor forma de tocar o Movimento.

Esta diversidade da categoria brigada permite ao MST, coordenar a sua auto-organização, a dos acampamentos e dos assentamentos que estão vinculados ao Movimento aprendendo com os erros, de forma diferenciada, fraternal, solidária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MST no Ceará foi construído ao longo desses vinte anos por meio de muitas lutas e também de muitas conquistas. O Movimento se territorializou no Ceará através das ocupações e dos assentamentos, melhor dizendo, através da luta ocupou uma fração do espaço caracterizado historicamente pelo latifúndio, gerando uma nova forma de organização tendo como base na cultura camponesa que se traduz nas atividades econômicas, na diversificação da produção agrícola e na força de trabalho familiar.

O contraste das relações capitalistas e tradicionais dos grandes latifúndios se confronta com o trabalho cooperado da unidade familiar, das práticas agroecológicas, da diversificação de atividades produtivas, do trabalho fundamentado em princípios coletivos, na posse e no uso comum da terra e de outros bens como: máquinas, equipamentos, implementos e animais. Desse modo, o espaço agrário cearense vem sofrendo pequenas tessituras em sua malha fundiária e na sua estrutura socioeconômica através da territorialização camponesa nos espaços dos latifúndios

A conquista da condição de camponês assentado, não significou apenas a conquista de benefícios econômicos, mas, sobretudo da possibilidade de organização e de inserção política. Com a inclusão política do assentado desdobram-se novas formas de participação. Assim, lutar pela terra, é mais do que lutar por terra. É lutar pela possibilidade da existência como sujeito social, político, econômico, cultural, religioso, além da territorialização das relações camponesas e da negação de uma ordem social regida pelo capital.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. Fortaleza: UFC, Departamentos de Ciências Sociais, 2005 (Tese de Doutorado).
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: edições UFC, 2000.
- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- BARREIRA, Cesar. **Trihas e atalhos do poder: Conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo de Cultura, 1992.
- DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca da sua libertação**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2009.
- COSTA, José Leandro Bezerra da. **Depoimento: minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil**. Fortaleza: IOCE, 1988.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **Reforma agrária no Brasil**: história da atualidade da luta pela terra. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

MARTINS, Mônica Dias. **Reforma agrária**: sonho, sonhei, sonhamos – luta de classes e assentamentos em terras do Ceará. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: UFC, 1990.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos de reforma agrária do Ceará**. Fortaleza: Editorial do Banco do Nordeste do Brasil S. A. 1994.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perceu Abramo, 1999.

Trabalho enviado em novembro de 2010

Trabalho aceito em dezembro de 2010